



## **Lutas por terra, florestas e soberania alimentar**



*Brasil. Ph: WRM*

Nossa Opinião: Comunidades camponesas e que dependem das florestas unidas em suas lutas.....	3
<b>República Democrática do Congo:</b> transformando as terras dos pequenos agricultores em monoculturas de dendê.....	5
<b>Camarões:</b> resposta dos moradores sobre a Certificação ISO 14001:2004 da Socapalm.....	9
<b>Bacia do Congo:</b> a tempestade que se aproxima.....	11
<b>Uruguai:</b> a ameaça de uma terceira megafábrica de celulose.....	16
<b>Indonésia:</b> a resistência do sagrado em Bali contra a “revolução verde” e a indústria do turismo.....	19
Projeto Envira REDD+, no Acre, <b>Brasil:</b> certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias.....	23
<b>Brasil:</b> o cerrado e a cidade de Três Lagoas sob o controle das papeleiras.....	27
<b>ALERTAS DE AÇÃO</b>	
Exija que a Agência Sueca de Energia suspenda futuros pagamentos à Green Resources e cancele o acordo para a compra de créditos de carbono!.....	31
<b>Índia:</b> Parem os despejos nas reservas de tigres!.....	31

## RECOMENDADOS

Quem vai nos alimentar?.....	31
Ativistas finlandeses protestam contra a Stora Enso e a Veracel.....	31
De onde vem todo o ouro processado na Suíça?.....	32

*Este boletim conta com artigos escritos pela Associação Nacional de Camponeses e Ribeirinhos de Camarões (Synaparcam, na sigla em francês) e do Earthsight do Reino Unido. Além disso, integrantes do secretariado internacional do WRM relatam suas experiências e aprendizagens durante os trabalhos de campo em conjunto com organizações locais realizados em: Mato Grosso do Sul e Acre, no Brasil; Bali, na Indonésia; no Uruguai; Kwilu, na República Democrática do Congo.*

## Lutas por terra, florestas e soberania alimentar

### Nossa Opinião Comunidades camponesas e que dependem das florestas unidas em suas lutas



*Laos Ph: Focus on the Global South/Anthonv Gueauen*

Em 17 de abril de 1996, 19 camponeses do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra foram assassinados no estado do Pará, no Brasil, em um protesto na luta pela terra. Como resultado disso, a Via Campesina – o maior movimento de camponeses do mundo – definiu essa data como o **Dia Internacional de Luta Camponesa**. Um dia para recordar, intensificar a luta e se mobilizar contra a **perseguição e a violência que os camponeses sofrem diariamente, no mundo todo, como resultado das políticas neoliberais do sistema econômico dominante**.

Nós, do WRM, nos unimos todos os anos ao chamado em solidariedade às lutas pela terra, pelos meios de vida e subsistência e pela autonomia dos povos.

Afinal, as lutas de camponesas e camponeses estão intimamente relacionadas às lutas das comunidades que dependem da floresta. **Em muitos casos, as comunidades camponesas também dependem das florestas e as comunidades que dependem das florestas são, ao mesmo tempo, comunidades camponesas**. Ao produzir alimentos, essas comunidades vivem, se reproduzem e mantêm sua cultura e sua soberania alimentar graças às suas terras, suas florestas e seus entornos.

No entanto, outro aspecto que as relaciona são as ameaças que elas enfrentam constantemente pelas políticas neoliberais que buscam **concentrar a terra e as florestas para o benefício de uns poucos** – sejam empresas transnacionais, agências governamentais, magnatas ou organizações de conservação ambiental, com os chamados projetos de carbono florestal (REDD+) ou de “compensação” em geral. A concentração de terras continua se expandindo, principalmente no Sul global e, com isso, há forte opressão, criminalização e violência.

Neste boletim, temos um artigo escrito pela Associação Nacional de Camponeses e Ribeirinhos de **Camarões** (Synaparcam, na sigla em francês) que explica como a empresa de plantações de palma de dendê (*oil palm*) Socapalm tenta estender uma certificação com o único objetivo de gerar mais benefícios econômicos. A Socapalm foi denunciada em várias ocasiões por seus impactos desastrosos para as florestas, o entorno e as comunidades locais. Outro artigo ressalta uma nova tendência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de expansão das plantações de dendê: o lançamento de programas que dizem que melhorarão a produção de cultivos de alimentos. Para isso, uma delegação da maior confederação camponesa da **República Democrática do Congo**, a COPACO-PRP, e o WRM conheceram a experiência de famílias camponesas com o chamado programa PPAKIN, na província de Kwilu, um lugar com uma história de expropriação, luta, desmatamento, apropriação de terras e resistência desde a época colonial.

Outro artigo evidencia uma tática que tem sido usada por empresas madeireiras e de plantações **nas florestas da Bacia do Congo**. As madeireiras mais proeminentes da República do Congo, da República Democrática do Congo e da República Centro-Africana têm conexões com os projetos de plantações que estão derrubando as florestas. Além disso, as empresas de plantações com problemas para financiar suas operações estão usando a extração de madeira como forma de ganhar dinheiro.

O caso da cidade de Três Lagoas, no estado de **Mato Grosso do Sul, Brasil**, demonstra a forte influência que as empresas de plantação de árvores e de celulose podem exercer sobre a população, com o objetivo principal de neutralizar sua resistência. Aproveitando-se da ausência do Estado, elas têm conseguido avançar sobre esses territórios com “projetos sociais” que tornam as famílias dependentes de sua presença. Por outro lado, um artigo vindo do **Uruguai** nos alerta sobre a ameaça latente da instalação da terceira megafábrica de celulose naquele país, desta vez, nas mãos da finlandesa UPM.

Do **Acre, Brasil**, a história de uma comunidade localizada dentro de um projeto de carbono florestal ou REDD+ de 40 mil hectares evidencia a difícil luta por acesso e posse da terra, tendo em vista, principalmente, que a comunidade de seringueiros que vive lá há gerações não possui os documentos legais necessários. O projeto, por sua vez, já vendeu muitos créditos de carbono e até agora só deu à comunidade um kit dental e uma consulta ao dentista.

Mas são as comunidades camponesas e dependentes da floresta que, enraizadas em suas terras, florestas e espaços de vida, vêm lutando para resistir à pressão por concentração de mais e mais terras para o acúmulo de benefícios econômicos. Suas lutas de resistência andam de mãos dadas com a defesa não apenas de suas terras e florestas, mas também de seus muitos outros modos de viver, conceber e se relacionar com o mundo. Essas outras formas concentram histórias e saberes cuja origem data de incontáveis gerações.

Essa luta de resistência e defesa da vida fica evidente em um artigo deste boletim sobre o avanço nocivo da indústria agrícola e do megaturismo em **Bali, Indonésia**, onde organizações de base das comunidades, intimamente ligadas a visões de mundo que priorizam uma relação direta e sagrada com o entorno, conseguem evitar que as empresas tomem suas terras, florestas e fontes de água.

**Boa leitura!**

## República Democrática do Congo: transformando as terras dos pequenos agricultores em monoculturas de dendê



*Ruínas das instalações da unilever. Lusanga, DRC. Ph: WRM.*

O projeto PPAKIN promete melhorar a subsistência dos pequenos agricultores na República Democrática do Congo (RDC). Porém, na província de Kwilu, os agricultores estão zangados: o projeto os fez pagar por mudas industriais de palma de dendê (*oil palm*), sem receber mais apoio depois disso.

Nos últimos 10 a 15 anos, **uma nova onda de expansão de plantações industriais de dendezeiros vem ocorrendo nos países da África Ocidental e Central**. Isso se deve principalmente ao interesse das empresas transnacionais em lucrar com a crescente demanda por óleo de dendê no mercado global. As grandes plantações têm invadido terras pertencentes às comunidades, afetando a soberania alimentar, espaços culturais ou sagrados, aumentando a violência – principalmente contra as mulheres (1) – e gerando muitos protestos dessas comunidades.

**Uma nova tendência dentro dessa expansão é o lançamento de programas que alegam melhorar a produção de cultivos alimentares.** Embora a promoção de plantações de palma de dendê faça parte desses programas, seus promotores, que envolvem setores (inter)nacionais públicos e privados, garantem que esse não é o objetivo principal. Além disso, afirmam que os dendezeiros serão plantados por pequenos agricultores, e não pelas empresas.

Um exemplo disso é o programa GRAINE, no Gabão. Promovido pela multinacional do agronegócio Olam e pelo governo do país, alega aumentar a produção interna de alimentos para melhorar a segurança alimentar dos pequenos agricultores e do país. Entretanto, na prática, o projeto promove principalmente plantações industriais de dendê nas terras desses agricultores por meio das chamadas “cooperativas”. (2)

Preocupados com essa nova tendência, uma delegação da maior Confederação de Pequenos Agricultores da República Democrática do Congo, a COPACO-PRP (*Confédération Paysanne du Congo-Principal Regroupement Paysan, em francês*), e o WRM

decidiram visitar um programa semelhante na província de Kwilu, em fevereiro de 2018, cerca de 500 quilômetros a leste da capital, Kinshasa. A COPACO e o WRM queriam conhecer a situação dos agricultores afetados por **um programa chamado PPAKIN**, sigla em francês para “Programa de Apoio aos Centros de Fornecimento de Alimentos e Hortas de Kinshasa”. O objetivo geral do programa é “contribuir de forma sustentável para melhorar a segurança alimentar e a renda dos pequenos produtores agrícolas” (3). O projeto, que começou em 2014, é implementado pelo governo da RDC e financiado pelo FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola da ONU) por um período de dez anos, com investimento total estimado em 115 milhões de dólares estadunidenses. (4)

As famílias de agricultores que nos receberam (5) disseram que **o PPAKIN lhes forneceu as chamadas mudas “melhoradas” de dendê Tenera, junto com fertilizantes químicos**, em fevereiro de 2017. Elas tiveram que plantar as mudas como monocultura, em cerca de quatro a cinco hectares – uma área considerável para a pequena agricultura na RDC. Os técnicos do projeto disseram que uma dose específica de fertilizantes deveria ser aplicada em cada muda plantada. Para fazer parte do programa, **os agricultores tiveram que pagar uma taxa de adesão** de 15.000 francos congolezes – cerca de nove dólares estadunidenses – um valor considerável para a RDC. Alguns também mencionaram que haviam assinado um acordo, um “*protocole d’accord*”, ao qual não tivemos acesso.

Os agricultores enfatizaram que lhes foi prometido apoio financeiro para manter as plantações de dendê por cinco ou seis anos, antes que eles começassem a dar frutos, mas, até agora, **não receberam nenhum apoio**. Eles estão irritados com isso e se sentem traídos pelo projeto. Além disso, **manter cerca de quatro a cinco hectares de palma de dendê, com 280 plantas por hectare, exige muito trabalho**.

Um agricultor nos mostrou como tenta enfrentar essa situação plantando mandioca em meio à monocultura do dendê, na tentativa de obter alguma renda e um pouco de alimento da área que antes era coberta por cultivos alimentares. No entanto, outra família de agricultores, preocupada com os fertilizantes químicos que foi obrigada a aplicar, decidiu não plantar outro cultivo entre os dendezeiros. Segundo a experiência dos membros da COPACO, os insumos químicos afetam negativamente o solo e seus cultivos alimentares. Portanto, eles plantam seus principais cultivos, como mandioca, milho tradicional e outros, sem qualquer insumo químico. Um agricultor declarou: “Os fertilizantes químicos não deixam as outras culturas crescerem adequadamente”.

### ***Uma região marcada historicamente pelo dendê***

Desde tempos imemoriais, a província de Kwilu é coberta por vastas plantações de dendezeiros “selvagens”, extremamente importantes e com múltiplos usos para as comunidades locais. Historicamente, Kwilu tem sido a maior produtora de óleo de dendê do país. (6)

Por volta de 1910, a fabricante de sabão do Reino Unido, Lever Brothers, à procura de óleo vegetal barato, descobriu esse tesouro natural. A companhia obteve uma concessão do governo colonial e estabeleceu uma empresa de plantação chamada “*Huileries du Congo Belge*” (HCB), que foi rebatizada, após a independência, de “*Plains Lever au Congo*” (PLC) e, no período do ex-presidente Mobutu, de “*Plantations Lever du Zaïre*” (PLZ). Um agricultor mais velho nos contou que, **depois de obter a concessão, a HCB começou a “comprar” acesso às plantações naturais de dendê no distrito de**

**Lusanga, pagando um saco de sal aos chefes de terras locais para garantir acesso a 100 hectares.** A empresa começou a produzir mudas de dendezeiros naturais e as plantou em fileiras, para aumentar a produção, criando plantações semi-intensivas. Vários outros empresários belgas e portugueses seguiram o exemplo da Lever Brothers e se instalaram para lucrar com aquele óleo de dendê natural.

**Os trabalhadores foram recrutados à força de outras regiões e explorados intensamente** para fazer o trabalho arriscado de colher os frutos do dendê. Eles foram acomodados em acampamentos de trabalhadores em Lusanga – na época, chamada Leverville –, onde a empresa montou suas fábricas de óleo de dendê. Após a crise econômica de 1929, com a redução nos pagamentos aos trabalhadores, a cidade de Kikwit se tornou palco do maior levante contra o regime colonial belga no Congo, em 1931, (7) resultando em violenta repressão, com centenas de mortos. Um agricultor mais velho conta que sua família só sobreviveu escondida no mato.

Quando Mobutu chegou ao poder, em 1965, começaram décadas de crises econômicas e guerras civis, e a empresa abandonou Lusanga, inclusive suas fábricas de óleo de dendê e suas plantações, mas manteve algumas em outras regiões e vendeu parte delas em 2009 à empresa canadense FERONIA, nas quais, há anos, as comunidades vêm lutando para recuperar suas terras roubadas desde o período colonial. (8)

### ***Lembrar do passado para construir o futuro?***

O que aconteceu com os Lever Brothers? Em 1930, com seus negócios muito lucrativos no Congo colonial, eles se fundiram com a empresa holandesa Margarine Unie e criaram a UNILEVER. Essa empresa britânico-holandesa, produtora de bens de consumo, cresceu para se tornar uma das maiores multinacionais globais, com um lucro anual de bilhões de dólares. A descrição histórica sobre o recorde da empresa “de sucesso” apresentada em seu site parece ter **excluído cuidadosamente a história de abusos e violência contra o povo congolês.**

Hoje em dia, apesar de seu discurso público, **o projeto PPAKIN parece pretender reviver o passado na mesma província de Kwilu, transformando as terras dos pequenos agricultores, mais uma vez, em monoculturas de dendezeiros.** Seu apoio financeiro tende a pressionar na mesma direção: a UN-FIDA tem promovido a nova onda de expansão industrial de plantações de dendê na África, em estreita colaboração com os governos africanos, o Banco Mundial e o setor privado.

E o que aconteceu com Lusanga e os pequenos agricultores após a saída da UNILEVER durante o período de Mobutu? As instalações da empresa se transformaram em ruínas. A cidade, hoje com cerca de 15.000 habitantes, carece de serviços básicos, como água e eletricidade. Os pequenos agricultores assumiram as antigas plantações da UNILEVER. São principalmente os homens especializados na pequena produção e com equipamentos artesanais que estão produzindo óleo de dendê para o mercado interno. Eles estão procurando maneiras de se organizar e melhorar sua produção, já que o óleo de dendê é fundamental para sua cultura e pode lhes proporcionar alguma renda.

### ***Pequenos agricultores se organizando para construir um futuro diferente***

Organizações camponesas, como a COPACO, alertam para a ameaça de expandir as monoculturas de dendezeiros e outros cultivos, devido a seus impactos sociais, culturais e

ambientais. Elas enfatizam que **os pequenos agricultores devem manter o controle sobre as terras das quais dependem**. Porém, a sugerida “integração” de pequenos agricultores ao setor do agronegócio, como no programa PPAKIN, ameaça esse controle. A COPACO defende um sistema de produção diversificado com base no controle das terras para garantir a soberania alimentar às gerações atuais e futuras. Os princípios da agroecologia, que se opõem radicalmente à implementação de monoculturas dependentes de insumos químicos, são fundamentais.

Em Kikwit, ainda é possível encontrar o óleo de dendê vermelho de boa qualidade à venda no mercado, produzido por mulheres, e o preferido para preparar a comida. Segundo a experiência delas, é impossível produzir esse óleo de alta qualidade a partir das mudas melhoradas que o projeto PPAKIN distribuiu. **A tendência do projeto é apenas atrair empresas privadas que invistam e controlem a produção de óleo de dendê**. Isso pode se tornar uma séria ameaça para o óleo tradicional, ainda sob o controle dos pequenos agricultores e com múltiplos usos intimamente ligados à sua vida e suas necessidades diárias.

Um comentário interessante dos pequenos agricultores com quem conversamos é que o dendezeiro natural se espalha facilmente, por conta própria. Seu caráter natural não químico facilita a disseminação com a ajuda de animais e pássaros.

### **Considerações finais**

Se o projeto PPAKIN conseguir atrair investimentos do setor privado para “reabilitar” as fábricas de óleo de dendê em Lusanga, também “reabilitará” a mesma lógica de antes: **tomar terras e explorar pessoas e trabalho para obter lucros privados, com o poder concentrado mãos de empresas privadas apoiadas pelo Estado**. Mais uma vez, as comunidades de pequenos agricultores cumprem o papel essencial de produzir a matéria-prima para o negócio do óleo de dendê pelo menor custo possível. Mas, sob essa lógica, os pequenos agricultores que produzem dendezeiros, mas não conseguem cumprir o contrato com a empresa privada, correm o risco de perder suas terras.

*Winnie Overbeek, winnie [at] wrm.org.uy*  
*Membro do Secretariado Internacional do WRM*

(1) Mulheres, plantações de árvores e violência: construindo resistências, Boletim 236 do WRM, março de 2018, <https://wrm.org.uy/pt/boletins/mulheres-plantacoes-de-arvores-e-violencia-construindo-resistencias-boletim-236-n-236-marco-2018/>

(2) A semente do desespero: comunidades perdem terra e fontes de água devido ao agronegócio da OLAM no Gabão, Boletim 231 do WRM, junho de 2017, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-semente-do-desespero-comunidades-perdem-terra-e-fontes-de-agua-devido-ao-agronegocio-da-olam-no-gabao/>

(3) FIDA, Programa PPAKIN, documento de concepção do programa, 2013.

(4) PPAKIN: *Une solution pour contribuer a la securité alimentaire*, Forum Des As, <http://www.forumdesas.org/spip.php?article581>

(5) Ao chegarmos a Kikwit, descobrimos que nossa visita havia sido anunciada em uma estação de rádio local no dia anterior à nossa chegada. Coincidentemente, a cooperativa criada como parte das atividades do projeto PPAKIN em Kikwit se recusou a nos receber. Descobrimos que os pequenos agricultores que participam do projeto receberam instruções no mesmo dia para não falar conosco, mas ainda conseguimos visitar vários que nos contaram suas experiências.

(6) *Oil palm in Africa: Past, present and future scenarios – 2013 update*, WRM, [http://wrm.org.uy/books-and-briefings/oil\\_palm\\_in\\_africa/](http://wrm.org.uy/books-and-briefings/oil_palm_in_africa/)

(7) *RDC: a Lusanga, les fantomes d’Unilever au Congo*, 2017, JeuneAfrica, <http://www.jeuneafrique.com/depeches/433972/economie/rdc-a-lusanga-fantomes-dunilever-congo-zaire/>

(8) *Land conflicts and shady finances plague DR Congo palm oil company backed by development funds*, 2016, <http://wrm.org.uy/books-and-briefings/land-conflicts-and-shady-finances-plague-dr-congo-palm-oil-company-backed-by-development-funds/>

## Camarões: resposta dos moradores sobre a Certificação ISO 14001:2004 da Socapalm



Camarões.: Ph: Synaparcam.

A Socapalm foi criada em 1968 pelo governo camaronês e privatizada em 2000. **A empresa é controlada pelo Socfin, um grupo agroindustrial multinacional especializado no cultivo de dendezeiros e seringueiras.** Por sua vez, o SOCFIN é controlado pelo empresário belga Hubert Fabri e pelo francês Vincent Bolloré. O grupo possui empresas financeiras e operacionais na Bélgica, em Luxemburgo e na Suíça, que administram suas plantações em uma dúzia de países africanos e asiáticos. **Sua agressiva política de expansão levou à apropriação e concentração de terras**, cujos impactos sobre as condições de vida das populações locais provocaram inúmeras reações dos moradores diretamente afetados. **Com a chegada das plantações em Camarões, em 1968, muitos hectares de floresta foram desmatados e substituídos gradualmente por monoculturas de dendê. Isso também reduziu as áreas florestais que as populações locais usavam até então para suas atividades de coleta e caça (1).**

As comunidades do entorno das plantações agroindustriais da Socapalm (subsidiária da SOCFIN Bolloré em Camarões) estão preocupadas com a forma com que as atividades dessa empresa **estão poluindo seu ambiente.**

As comunidades locais não pararam de denunciar diariamente o sistema de gestão ambiental que as expõe a **doenças graves e vários prejuízos.**

Na África Central, muitas empresas possuem a certificação ISO 14001, que trata da proteção do meio ambiente nos lugares onde a empresa desenvolve suas atividades. **A certificação ISO 14001 da Socapalm expirou em maio de 2017. Antes dessa data, ela contratou uma firma para realizar um estudo de impacto ambiental visando à renovação dessa certificação.** A forma como a Socapalm polui nosso meio ambiente, somada ao trabalho jurídico realizado pela firma em questão, **levou-nos a denunciar a renovação da certificação.**

Os habitantes de áreas próximas a seis plantações da Socapalm registraram alguns **casos flagrantes de descumprimento das exigências da ISO 14001:2004** com relação aos princípios gerais de proteção ambiental, aos requisitos legais e regulamentares da República de Camarões e às convenções que vinculam o Estado à Socapalm.

As fontes de água que os moradores locais usam para limpeza e consumo estão **poluídas por fertilizantes e produtos químicos** que são arrastados pelo escoamento após as chuvas. Os resíduos acumulados nas lagoas também vão para os cursos d'água que, **sem tratamento adequado, alimentam as aldeias vizinhas**. Os restos da planta de extração de óleo são despejados na plantação, o que provoca **a proliferação de moscas, além dos odores nauseabundos provenientes das lagoas. Soma-se a isso a liberação no ar das cinzas da fumaça das fábricas da Socapalm**. A validade dessa certificação estava condicionada ao *funcionamento contínuo e satisfatório do sistema de gestão* da empresa. O Artigo 29 da Lei-Marco relativa à gestão ambiental, bem como o Artigo 5 da Lei nº 98/005 de 14 de abril de 1998, que trata do regime hídrico, proíbe essas práticas. **A contaminação das populações rio abaixo causa a multiplicação exponencial de vítimas de doenças hídricas**. A matéria fecal das fossas sépticas é despejada em lagoas não utilizadas ou em cursos d'água. A cada ano, **a Socapalm despeja o conteúdo das fossas sépticas dos banheiros das áreas onde residem seus trabalhadores nas lagoas e em alguns cursos d'água**, sem ter que criar suas próprias estações de tratamento para esses resíduos. Essa é uma violação flagrante do Decreto 2001/165/PM de 8 de maio de 2001, que especifica as modalidades de proteção das águas superficiais e subterrâneas contra a poluição.

Também são usados sacos de fertilizantes para coletar frutos soltos ou caídos. Durante a coleta dos cachos de dendê, alguns frutos se desprendem e caem no chão. Para não perdê-los, **a Socapalm pede a crianças pequenas e mulheres para que os recolham nos sacos contaminados por produtos tóxicos perigosos** (pesticidas, fertilizantes, herbicidas...), expondo-as a doenças causadas por esses produtos e contaminando uma parte considerável da colheita. Isso contradiz as disposições da Lei 2003/003, de 21 de Abril de 2003, sobre a proteção fitossanitária, que, em seus artigos 19 e seguintes recomenda tratamento específico para esse tipo de resíduos perigosos.

As preocupações levantadas pelas vítimas não foram levadas em conta. Nós, populações próximas às plantações e principais vítimas das disfunções mencionadas acima, sempre apresentamos esses problemas e muitos outros para a Socapalm, mas a empresa nunca se dignou a fornecer soluções duradouras. Nem ao menos por respeito a suas obrigações contidas nos termos do Artigo 8, Parágrafo 1, da Convenção que cedeu 90% das ações de propriedade do Estado no capital da Socapalm, assinada em 30 de Junho de 2000.

A única coisa que importa para a Socapalm é **gerar mais lucros com impunidade, com a ajuda da certificação ISO**, algo que ela está longe de merecer. No entanto, de acordo com a Declaração do Rio de 1992 sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, “os seres humanos estão no centro das preocupações relacionadas ao desenvolvimento sustentável. Eles têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.

*Synaparcam (Associação Nacional dos Camponeses e Ribeirinhos de Camarões – da sigla em francês para Synergie Nationale des Paysans Et Riverains du Cameroun)*

(1) SYNAPARCAM, Mobilisations des paysans a travers le Cameroun (Mobilizações de camponeses em Camarões), [https://www.asso-sherpa.org/wp-content/uploads/2016/06/2016\\_06\\_01\\_dossier-de-presse-synarcam.pdf](https://www.asso-sherpa.org/wp-content/uploads/2016/06/2016_06_01_dossier-de-presse-synarcam.pdf)

## Bacia do Congo: a tempestade que se aproxima



Ph: Earthsight

*Este artigo é baseado em uma recente publicação da Earthsight: “The Coming Storm” (A tempestade que se aproxima), de março de 2018. A publicação, com todas as referências, pode ser encontrada em inglês:*

[https://docs.wixstatic.com/ugd/624187\\_3ad671d82fe74cf98a8a3a662d463521.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/624187_3ad671d82fe74cf98a8a3a662d463521.pdf)

*e em francês:*

[https://docs.wixstatic.com/ugd/624187\\_c72f6f1f3119453b8c17a32e7ca83f46.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/624187_c72f6f1f3119453b8c17a32e7ca83f46.pdf)

A Bacia do Congo possui um dos três últimos grandes trechos de floresta tropical do mundo, proporcionando sustento para mais de 75 milhões de pessoas. Embora muito tenha sido degradado pela exploração de madeira, a maior parte das florestas da África Central permanece em pé. Mas uma tempestade está se armando.

Ao longo de 2017, a ONG Earthsight monitorou o desenvolvimento das plantações de palma de dendê (*oil palm*) e seringueiras na bacia do Congo, com foco específico na República do Congo e na República Democrática do Congo. As conclusões mostram que, embora as condições econômicas globais desfavoráveis tenham feito com que vários projetos fossem postergados ou cancelados, as plantações industriais continuam representando uma enorme ameaça às florestas e às pessoas da região. **São poucos os obstáculos a uma aceleração rápida da destruição da floresta quando os preços das *commodities* aumentam.**

Durante o final dos anos 2000, os preços do óleo de dendê e da borracha aumentaram muito, gerando uma onda de investimentos na Bacia do Congo, com novas plantações enormes sendo anunciadas entre intervalos de poucas semanas. Em 2013, foram assinados acordos que cobriam meio milhão de hectares somente de dendê, e outro 1,1 milhão de hectares de projetos estava em negociação. Os projetos mais avançados em Camarões, na República do Congo e no Gabão devem aumentar os índices de

desmatamento nesses países em 14%, 48% e 140%, respectivamente. Felizmente para as florestas da região, os preços do óleo de dendê e da borracha caíram no final de 2011 e permanecem bem abaixo de seu pico. Muitos dos projetos tiveram pouco avanço devido à falta de financiamento, e outros foram silenciosamente cancelados. **As plantações com os maiores financiadores, incluindo governos estrangeiros, avançaram mais.**

**O desenvolvimento mais rápido tem ocorrido no Gabão**, onde a gigante de *commodities* agrícolas de Singapura **Olam** está implantando enormes plantações de dendezeiros e seringueiras. (1) Imagens de satélite revelam que a empresa **desmatou cerca de 35.000 hectares de floresta** nos últimos seis anos. Em fevereiro de 2017, após sofrer uma intensa denúncia pública de sua destruição contínua, a Olam concordou em suspender o corte de árvores por um ano, e o compromisso agora foi estendido para janeiro de 2019.

O segundo maior destruidor também tem apoio do governo. A **Sudcam, subsidiária do conglomerado químico estatal chinês Sinochem, um gigante do petróleo, desmatou quase 10.000 hectares em Camarões**. O projeto é diretamente adjacente à Reserva de Fauna Dja, que é Patrimônio da Humanidade. Um relatório da UNESCO de 2012 citou a ameaça à reserva representada pelas plantações de seringueira. Os moradores locais alegam que a plantação os expulsaram de suas terras e que o governo reagiu a seus protestos com ameaças e intimidações. As mais recentes imagens de satélite mostram que o índice de desmatamento nessa área acelerou durante 2017.

### ***As madeireiras mergulham na indústria de plantações, e vice-versa***

As maiores e mais conhecidas empresas madeireiras da República do Congo, da República Democrática do Congo e da República Centro-Africana estão ligadas, de alguma forma, a projetos de plantações que desmatam florestas. **Com um longo histórico de desrespeito à leis sem sofrer consequências, essas empresas madeireiras estão levando essa experiência para o setor de plantações de árvores.**

Em muitos casos, empresas de plantações que têm dificuldades para financiar suas operações também estão recorrendo à madeira como fonte de dinheiro, principalmente na República do Congo, que é, de longe, a maior área de floresta sob ameaça iminente do desenvolvimento de plantações industriais.

### **República do Congo: concessões de plantação para exploração madeireira**

No papel, o governo da República do Congo está fazendo muito para proteger as florestas, já tendo ratificado mais de uma dúzia de diferentes tratados e convenções ambientais. Em 2010, assinou um acordo com a UE para garantir que toda a madeira importada do Congo à Europa tenha origem legal (APV-FLEGT). Também assinou o “Acordo de Marrakesh” em 2016, uma promessa de promover uma indústria de óleo de dendê que “garanta a sobrevivência das florestas tropicais no longo prazo...”. No entanto, na realidade, por meio das ações e das inações deliberadas do governo, está minando e contradizendo diretamente esses tratados e acordos.

Entre 2008 e 2012, houve **mais de meio milhão de hectares de novas concessões para plantação de dendezeiros e seringueiras. Quase todas as terras concedidas eram cobertas por florestas**. O governo nunca publicou contratos, mapas ou autorizações relacionados a nenhuma delas. A agência Observatório Independente da

Aplicação da Lei Florestal descobriu que todos estavam extraindo madeira ou desmatando florestas ilegalmente. Nenhuma das empresas envolvidas realizou a Avaliação de Impacto Ambiental e Social exigida por lei, nem obteve o Consentimento Livre, prévio e Informado (CLPI) das pessoas que detinham a posse consuetudinária das terras.

Um desses projetos, administrados pela **Atama Plantation SRL**, é o maior arrendamento já feito na região para uma plantação. Em 2010, a empresa **obteve o controle de 470.000 hectares de terras florestais**. Os proprietários foram cuidadosamente ocultados atrás de várias camadas de empresas de fachada em jurisdições sigilosas. Mais tarde, veio à tona a informação de que entre os atores centrais estavam o magnata imobiliário malaio Robert Tan, além de Reuban Ratnasingam, chefe de uma das maiores e mais conhecidas empresas madeireiras do Congo, de propriedade malaia.

Já no final de 2011, as autoridades descobriram evidências de múltiplas ilegalidades graves. Centenas de árvores foram cortadas sem informes oficiais, registros haviam sido alterados de forma irregular, e a empresa tinha desmatado florestas por mais de dois quilômetros além dos limites da sua licença. A empresa também tinha operado sem a Avaliação de Impacto Ambiental exigida por lei.

O desmatamento para a operação da concessão de plantações de dendê avançou muito lentamente em 2014 e 2015, antes de parar completamente no final daquele ano. Então, a **Atama deu início a uma nova estratégia para ganhar dinheiro: transformar-se em uma empresa madeireira**. Embora viesse cortando, vendendo e processando madeira desde que começou a operar, poderia alegar que isso era um efeito colateral do corte de floresta que fazia para plantar dendezeiros, mas agora, abandonava qualquer aparência de fazer outra coisa. A partir de maio de 2016, as imagens de satélite mostram a rápida disseminação do corte seletivo de árvores, intensivo e destrutivo, em uma ampla área de floresta anteriormente densa dentro da concessão da empresa.

Em fevereiro de 2017, o governo finalmente exigiu a suspensão da extração ilegal de madeira. Naquela época, 5.000 hectares haviam sido fortemente impactados. Pouco depois, uma investigação feita por uma ONG local concluiu que a empresa continuava a processar grandes volumes de madeira de alto valor. (2) De acordo com a investigação, a **Atama também havia suprimido protestos por meio de intimidação**. Em setembro de 2017, o Departamento Florestal anunciou ter descoberto que cerca de 14.000 metros cúbicos de toras cortadas dentro da concessão de Atama haviam sido contrabandeados para fora do país. Grandes volumes de toras adicionais de propriedade da empresa foram apreendidos no porto de Pointe Noire, e sua licença de exportação foi suspensa, mas a licença para plantar dendê permaneceu intacta.

Em dezembro de 2017, a Wah Seong, empresa malaia de Robert Tan, listada na bolsa de valores e que comprara formalmente a Atama em 2012, vendeu discretamente sua participação por 6 milhões de dólares estadunidenses – 19 milhões a menos do que pagara por ela. O anúncio foi feito às pressas pouco antes do Natal, e só indicou uma empresa de fachada intermediária descrita como *holding* de investimentos. Não foi mencionado que seu principal ativo é um contrato para desenvolver uma grande plantação de dendezeiros na República do Congo. Essa empresa misteriosa, cujo endereço é uma empresa de fachada que funciona em um pequeno escritório em um subúrbio de Kuala Lumpur (e serve de fachada para mais de 250 outras empresas), é agora a maior acionista do projeto Atama.

Na mesma época em que a extração de madeira aumentou na concessão da Atama, em meados de 2016, **a atividade madeireira e o desmatamento também começaram em uma concessão de dendezeiros e seringueiras dada a uma empresa relacionada a ela, a Lexus Agric, no sul do Congo.** Supostamente uma subsidiária de propriedade malaia ou empresa irmã da Atama, a Lexus recebeu uma concessão de 50.000 hectares em 2013, metade dos quais seriam plantados com dendê e metade, com seringueira.

Não foi publicado nenhum contrato de concessão ou permissão, mas um mapa obtido com as autoridades revela que a maior parte da área da licença também era coberta por florestas. As últimas descobertas da agência oficial Independent Monitor mostram que a Lexus Agric também está operando ilegalmente, enquanto imagens de satélite revelam **mais extração de madeira, muito além dos limites legais de sua permissão para desmatar.** Em janeiro de 2018, a empresa havia aberto mais de 20 km de estradas para extração de madeira na floresta próxima.

O diretor-geral da Lexus é Jeremie Issamou, que, até 2015, também era diretor-geral assistente da Atama. Em junho de 2016, enquanto a Atama e a Lexus estavam ocupadas extraindo madeira ilegalmente, Issamou postou a foto de uma tora gigante na traseira de um caminhão em sua página do Facebook. Um comentário dizia (em francês): “Tenha cuidado. Não se gabe muito de sua atividade secundária. Caso contrário, sanções...” A pessoa que fez esse comentário era Simon Dieudonné Savou, Diretor-Geral de Agricultura da República do Congo.

### **República Democrática do Congo: derrubando florestas sem permissão**

O desmatamento ilegal de florestas está ocorrendo na República Democrática do Congo sob o pretexto de projetos para o redesenvolvimento de plantações abandonadas. A falta de transparência é especialmente preocupante, considerando-se o que foi encontrado por trás de um véu de sigilo.

Desde 2002, é necessário ter autorização para cortar qualquer área de floresta com mais de dois hectares, mas, até hoje, o departamento florestal não emitiu uma única licença desse tipo para empresas agrícolas. Um ex-funcionário de alto nível do Ministério do Meio Ambiente afirmou que as empresas estavam sendo autorizadas a desmatar sem licença nem avaliações de impacto, e sem pagar impostos.

Uma grande empresa parece confirmar a situação: **o Groupe Blattner Elwyn (GBE), um poderoso conglomerado controlado por um cidadão estadunidense que vive na RDC.** Elwyn Blattner construiu grande parte do império de negócios congolês de sua família durante o reinado do cleptocrático Mobutu Sese Seko. As propriedades da GBE incluem um banco, uma companhia aérea e **a maior empresa madeireira da RDC: a SIFORCO, que produz um quarto de toda a madeira colhida no país.** O Observatório Independente da Lei Florestal, com mandato oficial, descobriu que, em 2013, uma das concessões da Siforco havia cortado 50% mais árvores do que o autorizado, o que valeria milhões de dólares.

A GBE também é uma das maiores empresas de agronegócio da RDC e **controla mais de 42.000 hectares para a produção de óleo de dendê, borracha e cacau.** Entre as suas propriedades estão a Compagnie de Commerce et Plantation (CCP), as plantações de Lisafa e Ndeke, que cobrem cerca de 6,9 mil hectares. A Earthsight, em parceria com a

ONG local Grupo para Ação para Salvar o Homem e o Meio Ambiente (GASHE, na sigla em francês), encontrou evidências de que a CCP **converteu ilegalmente cerca de 1.860 hectares de floresta em plantações de dendezeiros**. A empresa também está operando sem a Avaliação de Impacto Ambiental Social ou o Plano de Manejo obrigatórios.

As ONGs também descobriram que a empresa está em **conflito com as comunidades locais em todas as áreas das seis plantações**. Suas descobertas também questionam os direitos da empresa sobre grande parte da terra que ocupa.

Histórias de **promessas não cumpridas e meios de subsistência despedaçados** se repetem em todas as aldeias. O chefe da aldeia de Nkoy-Moke, por exemplo, afirmou que a CCP havia convertido 1.200 hectares de floresta em suas terras consuetudinárias entre 2009 e 2011. Um morador de outra aldeia, Nkoy-monene, reclamou que “a escassez de produtos florestais não madeireiros está causando desnutrição em nossas aldeias”. Em seu site, a GBE afirma estar apoiando as comunidades locais, construindo e equipando escolas, mas muitas das escolas prometidas nunca foram concluídas nem equipadas. Isso não deve ser uma grande surpresa, já que **a empresa tem um longo histórico de não cumprimento de suas obrigações para com as comunidades em suas concessões madeireiras**.

Poderosos ministérios da agricultura e outras autoridades relevantes nesses países continuam sendo caixas pretas, e os doadores internacionais que trabalham com eles fizeram pouco esforço visível para abri-las. Pelo contrário, **o dinheiro dos doadores continua fluindo**.

*EarthSight, [info@earthsight.org.uk](mailto:info@earthsight.org.uk)  
[www.earthsight.org.uk](http://www.earthsight.org.uk)*

(1) Para mais informações sobre a Olam no Gabão, ver “A semente do desespero: comunidades perdem terras e fontes de água devido ao agronegócio da Olam no Gabão”, Boletim 231 do WRM, junho de 2017, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/a-semente-do-desespero-comunidades-perdem-terra-e-fontes-de-agua-devido-ao-agronegocio-da-olam-no-gabao/> e “As plantações de dendê “verdes” são uma farsa: o caso da OLAM”, Boletim 230 do WRM, abril-maio de 2017, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/as-plantacoes-de-dende-verdes-sao-uma-farsa-o-caso-da-olam/>

(2) Para mais informações sobre a Atama, veja República do Congo: “Hoje em dia, as plantações da ATAMA são uma fonte de insatisfação para as comunidades locais e para toda a nação”, Boletim 233 do WRM, setembro de 2017, <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/republica-do-congo-hoje-em-dia-as-plantacoes-da-atama-sao-uma-fonte-de-insatisfacao-para-as-comunidades-locais-e-para-toda-a-nacao/>

## Uruguai: a ameaça de uma terceira megafábrica de celulose



Uruguai. Ph: WRM

O Uruguai, com uma superfície de apenas 17 milhões de hectares e uma população de pouco mais de três milhões de habitantes, suporta duas megafábricas dedicadas à produção de celulose em seu território. De um lado, a empresa finlandesa UPM (ex-Botnia), com uma produção anual de 1,3 milhão de toneladas, localizada no rio Uruguai; de outro, Montes del Plata, um consórcio entre a sueco-finlandesa Stora Enso e a chilena Arauco, que produz 1,4 milhão de toneladas por ano e está instalado no Rio da Prata.

Atualmente, avançam as possibilidades de instalação de uma terceira fábrica. Em 2017, a UPM assinou um contrato com o governo uruguaio para instalar sua segunda fábrica no país. A concretização do projeto está sujeita a condições exorbitantes impostas pela multinacional e aceitas pelo governo.

Isso não é novidade. Para viabilizar a instalação das duas primeiras fábricas, o governo uruguaio concedeu todos os benefícios que essas empresas exigiram (instalação em uma zona franca, isenção de impostos nacionais, etc.), elaborando acordos de proteção de investimentos sob medida e assinando acordos “sigilosos” entre governo e empresas. Tudo isso em segredo total, divulgando as implicações desses acordos para o país somente depois de assiná-los.

### ***A empresa impõe, o governo dispõe***

Em 2016, começaram a se espalhar rumores sobre a chegada de uma terceira megafábrica de celulose, que seria instalada no centro do Uruguai, sobre mais uma importante fonte de água doce do país, o Rio Negro, com um investimento de 4 bilhões de dólares. A futura fábrica estaria localizada a cerca de 300 quilômetros da capital Montevidéu. E a história se repetiu: o governo agiu em sigilo total, deixando a sociedade civil completamente de fora e iniciando negociações com a finlandesa UPM para a instalação de sua segunda megafábrica (UPM2) no Uruguai. (1)

No final de 2017, o governo assinou um contrato com a UPM em que ela garantiu as condições necessárias para fazer seu investimento. Essa fábrica teria capacidade de

produção anual de até 2,4 milhões de toneladas de celulose. Através do contrato, o governo se comprometeu a fazer obras de infraestrutura rodoviária e ferroviária ligando a fábrica de celulose à capital do país e a realizar obras no porto de Montevideu para uso exclusivo da empresa. Com um valor superior a um bilhão de dólares, essas obras foram estabelecidas como condição para a empresa decidir se instalar ou não no Uruguai. Somente depois que o governo avançar consideravelmente as obras programadas, a empresa confirmará se instalará a fábrica UPM2. (2)

### ***Negociações secretas e falsas promessas***

Acreditando, mais uma vez, que a terceira fábrica de celulose será a “salvação” para o país, o governo uruguaio cede às pressões impostas pela UPM. Quando o contrato sigiloso veio a público, revelou-se o quanto a negociação era absurda.

A empresa e o governo lançaram falsas promessas para tentar “apaziguar” o escândalo das exigências da UPM. E mais uma vez, a história se repete. Essas promessas são as mesmas que foram feitas com a chegada das duas fábricas anteriores: milhares e milhares de empregos, crescimento do PIB, desenvolvimento, desenvolvimento e mais desenvolvimento.

Em março de 2018, foi divulgado o documento sobre “Viabilidade Ambiental de Localização”, uma das etapas anteriores à apresentação de uma Avaliação de Impacto Ambiental. Através desse documento, os cidadãos puderam ter acesso a mais algumas informações sobre o empreendimento. (3)

**Investimento:** de acordo com um artigo recente do MOVUS (Movimento por um Uruguai Sustentável), o investimento que a empresa promete fazer se o governo do Uruguai cumprir sua parte no acordo, em vez de 4 bilhões de dólares como inicialmente anunciado, seria em torno de 2,5 bilhões. No entanto, o investimento do governo uruguaio seria da ordem de 1,85 bilhão, em vez do 1 bilhão mencionado inicialmente; (4)

**Plantações:** uma das principais queixas de grupos da sociedade civil diante da instalação de fábricas de celulose é a consequente expansão das monoculturas de árvores. Apesar das centenas de milhares de hectares de monoculturas de eucalipto existentes no país, as fábricas sempre precisarão de mais plantações próximas delas. Embora o governo tenha dito que não seria necessário aumentar a área de plantações, os documentos divulgados recentemente mostram que, se o projeto se materializar, as áreas com plantações de monocultura de eucalipto na região de impacto do projeto aumentarão em quase 90 mil hectares;

**Empregos:** no curto prazo, as promessas de milhares de empregos durante a fase de construção da UPM2 podem fascinar, mas após os primeiros três anos do início do funcionamento, ela gerará cerca de 500 empregos em todo o complexo industrial, segundo dados da própria empresa;

**Renda para o país:** estando localizada em zona franca, a empresa não pagará nenhum tipo de imposto. O valor a ser pago pelo uso da zona franca é de 2,1 milhões de dólares por ano, uma cifra ridícula comparada ao mais de 1,8 bilhão que o governo uruguaio gastará em infraestrutura e outros subsídios.

**Água:** a UPM diz que contribuirá para melhorar a qualidade das águas do rio Negro. A realidade é que a fábrica retirará 125 milhões de litros de água do rio por dia, devolvendo 106,5 milhões de litros de “efluentes tratados”. A demanda de água da fábrica é equivalente à de uma cidade de 960 mil habitantes! As águas do rio Negro já estão saturadas com algumas substâncias, como fósforo e nitrogênio. Por mais que a empresa garanta que seus efluentes conterão níveis desses e outros elementos abaixo dos padrões permitidos, também estará aumentando e piorando a eutrofização (aumento exponencial de algas tóxicas) existente no rio. (4)

### ***A lição não aprendida com a experiência***

Hoje, o país tem mais de um milhão de hectares cobertos por monoculturas de eucaliptos e pinus, a maioria pertencente a um punhado de empresas transnacionais. A UPM e a Stora-Enso/Arauco são proprietárias de quase meio milhão de hectares.

As plantações industriais de árvores, juntamente com a sojização, contribuíram para uma transformação sem precedentes no país: as pradarias (principal ecossistema do Uruguai) foram substituídas por desertos verdes de soja e árvores; o regime de posse da terra mudou consideravelmente, com uma grande concentração de terra nas mãos de empresas transnacionais, e o despovoamento do campo se acelerou. De acordo com o último censo, menos de 5% da população do país permanece nas áreas rurais. O preço da terra aumentou dez vezes entre 2000 e 2014.

Com o tempo, as promessas de emprego e desenvolvimento não são cumpridas. O que a população local recebe através dos programas de “responsabilidade social corporativa” é esmola, em comparação ao lucro desses grandes capitais. O departamento de Río Negro, onde está localizada a primeira fábrica da UPM que começou a operar em 2007, tem as maiores taxas de desemprego do país.

Apesar dos impactos óbvios e denunciados, as empresas tentam maquiagem de verde suas atividades, “conservando” algumas “ilhas” de território com flora e fauna nativas. Para isso, investem em técnicos e ONGs de conservação. Mas a realidade fora dessas “ilhas de conservação” é que centenas de milhares de hectares de campos são destruídos quando se estabelecem monoculturas de árvores durante vários ciclos contínuos de corte, de sete ou oito anos cada. No país, há ampla evidência sobre os impactos negativos das plantações industriais: diminuição ou perda total de água de córregos e poços, impactos sobre a fauna e a flora nativas, ruptura do tecido social e familiar em áreas rurais, para citar apenas alguns.

No entanto, o governo uruguaio continua vinculando o país a novos megaprojetos de celulose sem discutir o modelo industrial de grandes monoculturas que eles implicam nem suas consequências para as populações locais e para o país como um todo.

Esses megaprojetos promovem desigualdades, iniquidades e dependência em relação ao capital estrangeiro. Consolida-se, mais uma vez, uma economia de enclave, um país do Sul global que fornece matérias-primas aos países centrais, mas cuja população assume custos ambientais e econômicos. Este é o país que queremos?

*Lizzie Díaz, [lizzie@wrm.org.uy](mailto:lizzie@wrm.org.uy) e Teresa Pérez, [teresap@wrm.org.uy](mailto:teresap@wrm.org.uy)  
Membros do Secretariado Internacional do WRM*

(1) “Que ganaría Uruguay con una terceira planta de celulosa?” <http://www.guayubira.org.uy/2017/05/que-ganaria-uruguay-con-una-tercera-planta-de-celulosa/>

(2) Contrato Uruguai-UPM

[https://medios.presidencia.gub.uy/tav\\_portal/2017/noticias/NO\\_Y823/contrato\\_final.pdf](https://medios.presidencia.gub.uy/tav_portal/2017/noticias/NO_Y823/contrato_final.pdf)

(3) Viabilidade Ambiental de Localização da UPM2 [https://www.dinama.gub.uy/oan/wp-content/uploads/2018/02/VAL\\_Planta-de-celulosa-Paso-de-los-Toros-.pdf](https://www.dinama.gub.uy/oan/wp-content/uploads/2018/02/VAL_Planta-de-celulosa-Paso-de-los-Toros-.pdf)

(4) “La insustentable levedad de la planta UPM 2” <http://www.observatoriodelaguaenuruguay.com/la-insustentable-levedad-de-la-planta-upm-2/>

## Indonésia: a resistêcia do sagrado em Bali contra a “revolução verde” e a indústria do turismo



Indonésia. Ph: WRM.

Das mais de 17 mil ilhas que compõem o que se chama hoje de Indonésia, Bali é um *hotspot* do turismo mundial. Os milhões de pessoas que a visitam anualmente chegam em busca de suas praias, dos campos de arroz considerados patrimônio mundial pela Unesco, dos famosos templos hindus. Não por acaso, Bali é conhecida como a Ilha dos Deuses: até o sagrado, vivido pelas comunidades em suas relações cotidianas, faz parte da gama de atrações. Pouco divulgados, porém, são os impactos do turismo na vida das comunidades.

### **Subaks sob ameaça**

Os milenares *subaks* são a expressão das relações comunitárias em Bali. Legalmente reconhecidos como uma simplificada estrutura de irrigação, os *subaks* são **um sistema milenar de crenças que orientam a maneira como as pessoas se relacionam umas com as outras e com as outras esferas da vida.**

Assim, mais do que canais de irrigação que abastecem os campos alagados de arroz ou o cultivo de frutas e outros alimentos, os *subaks* conectam os elementos que fazem da água a religião de Bali: o tempo, a terra, o ar, as florestas, as lavouras, as danças, as

oferendas, os templos. Eles são vividos pelas comunidades e administrados por federações compostas por gerentes, responsáveis por olhá-los de forma integrada.

As ameaças aos *subaks*, no entanto, têm se tornado intensas ao longo dos últimos 50 anos. Na década de 1970, o governo ditatorial de Suharto introduziu à força na Indonésia os pacotes da “revolução verde”: agricultores foram obrigados a utilizar novas sementes “melhoradas” de arroz, produzidas pelas corporações, que exigem doses elevadas de fertilizantes e agrotóxicos. Os que se negavam a utilizar esses pacotes eram levados à prisão. Com isso, o cultivo das tradicionais sementes balinesas entraram em declínio, com a contaminação da água por esses produtos químicos e dependência das famílias que passaram a ter de comprar os insumos.

**A concepção sagrada desses sistemas tradicionais, assim, entrou em choque com a imposição de uma “modernização da agricultura” e, quase que simultaneamente, com a projeção de Bali como um destino turístico.** Setores econômicos passaram a cobiçar seus mares, suas terras e florestas, e a transformar esse complexo sistema cultural e filosófico em algo que pode ser vendido como atração turística.

Desde então, o mega-turismo tem provocado um aumento exponencial da demanda de água e a ampliação das construções – estradas, hotéis, resorts, lojas –, promovidas de forma difusa por diversos investidores. Sem saneamento, boa parte do esgoto é despejado diretamente nos canais dos *subaks* espalhados pela ilha, os mesmos usados para abastecer as vilas e irrigar os campos seculares de arroz que são o centro da reprodução da vida nas comunidades. Em Bali, há 17 nomes para o grão, de acordo com as etapas desde o plantio até a refeição.

Parte dos campos de arroz que se tornaram atração turística mundialmente conhecida está ao sul do vulcão Batu Karu, em Jatiluwih. Lá, em mais de 2 mil hectares, são cultivados terraços de arroz com as sementes tradicionais balinesas para alimentação das famílias que deles vivem, em um sistema cultural integrado de 20 *subaks* ligados à floresta e ao lago Tambligan, e guardados por uma série de templos, o maior deles no topo do vulcão. Os seus terraços alagados, cuidadosamente desenhados, se inserem em um dos patrimônios mundiais da Unesco.

A fama, porém, atrai 160 mil turistas por ano e coloca as comunidades diante de uma contradição: **o que poderia ser uma fonte de renda propicia apropriação de terras e casas por gente de fora, assim como redução da disponibilidade de água para os mesmos campos de arroz, especialmente na estação seca.** Ao mesmo tempo em que as comunidades aguardam os recursos via Unesco, não há regulação para impedir a aquisição de terras por investidores, o que coloca em risco o seu modo de vida, sua subsistência e o próprio patrimônio mundial.

### ***Subaks resistem***

Apesar das imposições da “revolução verde” e das apropriações de áreas por investidores da indústria do turismo, **a agricultura tradicional é uma estratégia para defender a posse da terra e restabelecer a relação com o sagrado ou dar sequência a ela.** No distrito de Karangasem, no leste de Bali, 214 famílias se organizaram para produzir arroz e outros cultivos de forma orgânica. O plano é voltar a utilizar as sementes tradicionais de arroz balinês, que não demandam fertilizantes e pesticidas e que duram mais tempo depois de colhidas. Como diversos *subaks* compartilham a mesma fonte de

água, as famílias sabem que a contaminação por produtos químicos, se usados, não atinge apenas a sua comunidade: **todo o sistema é comprometido**.

“De acordo com os antigos, não podemos tomar a água para nós, muito menos para vender. Mesmo na agricultura, nós emprestamos a água, porque temos de devolver como encontramos. Todo dia fazemos oferendas à água, e a água é dada se respeitada”, explica Dwi Mardana, agricultor na comunidade Peladung, localizada aos pés do vulcão Agung. Na comunidade dele, a multinacional francesa de produtos alimentícios Aqua Danone foi impedida de explorar a fonte de água em 2010. Na ocasião, as famílias de agricultores, por votação, negaram a possibilidade de mineração da água para engarrafamento e comercialização pela empresa, ainda que os chefes locais fossem favoráveis à extração.

**A sacralidade da água – que, sendo assim, não é um bem que se detém ou uma mercadoria – se sobrepôs às promessas de emprego e dinheiro** apresentadas pelo governo e pela própria Aqua Danone, que concordaram com a votação porque tinham certeza do apoio da comunidade para o projeto deles. Se enganaram. No choque de duas concepções de mundo, venceu a importância do sagrado, enraizado no dia a dia das pessoas, marca de sua identidade. “A água é nossa religião e nossa vida, então não é possível que alguém venha perturbar isso”, sintetiza Dwi.

### ***Adat: regulação comunitária***

**Em Bali, as comunidades têm seus próprios sistemas tradicionais de “regulação comunitária”, conhecidos como *adat*, baseados no costume passado de geração em geração, para além das leis do Estado.** Exemplo da contradição entre a lógica estatal e a lógica comunitária, o caso da resistência às investidas da Aqua Danone, em Peladung, é um exemplo da força que essa regulação pode ter, mas não é o único.

No sudoeste do vulcão Batu Karu, no centro da ilha, Munduk, cuja existência remonta ao século VIII, é uma das quatro comunidades que protegem o lago Tambligan e que demonstram como a “regulação comunitária” pode impedir a apropriação da vida pelo turismo. Cercada de florestas, a região é cobijada por empresários e madeireiras. No entanto, qualquer atividade econômica requer avaliação da comunidade.

No século XIII, a comunidade, que vivia na beira do lago, decidiu se mudar para a porção inferior da montanha, destinando sua antiga área, rodeada de templos, a ser protegida. Ali, como em outras partes da ilha, a resistência é ligada ao sagrado: **a comunidade possui seu próprio projeto de proteção do lago Tambligan, considerado fonte de vida, e tem repetidamente negado as investidas de setores econômicos.**

Já na milenar Tenganan, protegida por outras montanhas e símbolo da resistência balinesa contra as sucessivas invasões da ilha, **uma forte “regulação comunitária” consegue impor limites à ação da indústria do turismo e barrar a exploração madeireira nos 900 hectares de florestas.** Apesar de aberta a visitas desde os anos 1970 e considerada a mais antiga de Bali, a comunidade tem código interno e sistemas decisórios que – assim como em Munduk – barram as investidas econômicas.

Lá em Tenganan, a *adat* tem um conjunto de regras e sanções que os membros da comunidade devem seguir, como forma de proteger sua cultura e seu modo de vida, mesmo com a decisão de receber turistas e obter uma renda do turismo. A terra, por

exemplo, não pode ser vendida e turistas não podem se hospedar na vila, nem participar de cerimônias sagradas. Os próprios moradores da comunidade não podem fotografar os rituais. As crianças frequentam a escola fora da comunidade, mas também participam de processos educativos sobre a regulação interna.

### **O caso da baía Benoa**

As resistências mostram que **a indústria do turismo atua da mesma maneira que o modelo extrativo, com ameaças aos meios de vida das comunidades locais, com cooptação de lideranças e da juventude. A colocação de terras no mercado global é um elemento importante nesse processo.**

Um exemplo claro disso é o grande projeto na baía Benoa, no extremo sul da ilha, onde se localiza o aeroporto internacional de Denpasar, pelo qual chegam os turistas, e único lugar de Bali onde se avista no mar o nascer e o por do sol. No final do mandato, o presidente anterior da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono, assinou um decreto destinando o que era uma área de conservação a um projeto de “recuperação”. O atual governo de Joko Widodo deu continuidade ao programa.

O projeto, que tem por trás o Banco Mundial e um grande grupo econômico local liderado pelo magnata Tomy Winata, o Tirta Wahana Bali Internacional, inclui a construção de ilhas artificiais interligadas por pontes, para alocação de resorts e outros empreendimentos turísticos, além de um circuito de Fórmula 1. O projeto promete milhares de empregos. No entanto, a baía Benoa abriga inúmeras comunidades pescadoras que vivem do mar e dos manguezais que, sem lugar no projeto de “recuperação”, serão impedidas de acessar seus templos, suas terras e a baía, assim como os barcos de pesca.

Diante da ameaça de desterritorialização das comunidades e de apropriação de terras, assim como de destruição dos manguezais, **consolidou-se em Bali um grande movimento de resistência ao projeto de “recuperação” da baía.** Composto por moradores da ilha, artistas e ativistas, o ForBALI – Fórum Balinês contra a Recuperação (*Balinese Against Reclamation Forum*, em inglês) – tem conseguido adiar os planos do governo e da iniciativa privada com protestos, reuniões com lideranças locais e manifestações diante dos órgãos públicos.

**A resistência em Bali se dá pela articulação do ForBALI, pela força da tradicional “regulação comunitária”, pela vivência do sagrado em sua relação com os *subaks*, as florestas e as águas.** E também em pequenas mas emblemáticas ações: de modo a esconder a beleza de seus campos de arroz, comunidades colocaram grandes placas que impedem que turistas curiosos fotografem sua vida cotidiana nas roças. O sagrado, em choque com as concepções de mundo representadas pela “revolução verde” e pelo turismo que transforma tudo em negócio, continua resistindo.

*Carolina Motoki, carolina [at] wrm.org.uy*  
*Membro do secretariado internacional do WRM*

## Projeto Envira REDD+, no Acre, Brasil: certificadoras de carbono atribuem Nível Ouro a promessas vazias



"Sede florestal" – Projeto Envira Amazônia. Ph: WRM

O Projeto Envira Amazônia é um dos três empreendimentos de compensação de carbono florestal (REDD+) que a empresa estadunidense CarbonCo LLC está desenvolvendo no estado brasileiro do Acre. O projeto abrange quase 40.000 hectares de floresta amazônica e faz parte de uma enorme área de 200.000 hectares, dos quais a empresa JR Agropecuária e Empreendimentos EIRELI alega ser proprietária. Porém, essa propriedade é contestada. **Famílias de seringueiros vivem naquelas terras há gerações**, mas a maioria não conseguiu obter documentos legais que confirmem seus direitos fundiários. **O projeto de REDD+ ameaça o futuro da comunidade** porque impõe restrições ao futuro uso da terra e impede que as famílias voltem a usar terras agrícolas da comunidade não utilizadas na última década.

O principal dono da empresa brasileira envolvida no projeto de REDD+ Envira Amazônia é Duarte José do Couto Neto. Do Couto Neto está ligado a vários empreendimentos (1) e foi candidato pelo partido de extrema-direita Prona, no Acre, nos anos 1990. Ainda em setembro de 2017, manifestou apoio ao atual candidato da extrema-direita à presidência do Brasil e também à ditadura militar, afirmando sentir “saudades e muita do regime militar” (*sic*). (2)

Como na maior parte da Amazônia brasileira, a situação fundiária dentro da área do projeto é complicada e alvo de disputa, mas essa realidade é ignorada nos documentos do próprio projeto: a alegação de propriedade de inacreditáveis 200.000 hectares é aceita como verdade, e não se menciona qualquer disputa sobre a terra. Os consultores que deram o selo de certificação Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) também não questionaram como uma pessoa – neste caso, Duarte José do Couto Neto – conseguiu adquirir legalmente uma extensão tão vasta de terras relativamente próxima à fronteira do Brasil com a Bolívia e o Peru. Os seringueiros vêm usando essa área há gerações e portanto têm direitos legais sobre a terra que ocupam, embora muito poucas famílias possuam títulos de propriedade. **Cerca de dez famílias de seringueiros que se**

**tornaram agricultores possuem título de suas terras dentro dos quase 40.000 hectares que compõem o projeto de REDD+ Envira Amazônia. Além disso, cerca de 40 famílias vivem dentro da área circundante, mas fora dessa área de 40.000 ha do projeto REDD+.** De acordo com seus documentos, o projeto de REDD+ afirma proteger todos os 200.000 hectares e sugere que essas comunidades situadas fora da área do projeto também são beneficiadas, mas não explica por que ou como elas seriam envolvidas ou afetadas.

Em 2015, o projeto de REDD+ Envira Amazônia foi certificado segundo o padrão Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB) pelo parceiro brasileiro da Rainforest Alliance, a Imaflora. As avaliações para outra certificação chamada Verified Carbon Standard (VCS – atualmente chamada Verra) foram realizadas pela Environmental Services Inc. (3). As certificadoras emitiram o primeiro lote de créditos de carbono do projeto em 2016, e um segundo lote em novembro de 2017. (4) O banco de dados do VCS mostra que, em 2016/2017, foram vendidos pelo menos 750.000 créditos de carbono do projeto de REDD+ Envira Amazônia. (5)

### ***A comunidade não sabe que o projeto já está vendendo créditos de carbono***

Quando o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM) visitou famílias que moram dentro dos quase 40.000 hectares do local do projeto de REDD+ Envira Amazônia, em março de 2018, **os membros da comunidade não sabiam que o projeto já havia sido “aprovado” e que já estava vendendo créditos de carbono.** Os moradores explicaram que uma grande quantidade de estrangeiros havia visitado a área nos anos anteriores, mas poucos conversaram com eles e muitos pareciam não falar português. Eles haviam realizado estudos e **uma pessoa visitava cada família individualmente para convencê-los a apoiar o projeto de carbono.**

A maioria das famílias havia assinado um formulário sugerindo apoio ao projeto ou tinha sido fotografada ao receber um kit dental. Esse kit continha um pequeno tubo de pasta de dentes e uma escova e, juntamente com a oferta de uma consulta gratuita a um dentista, é o único benefício tangível que os membros da comunidade receberam até o momento.

### ***Promessas (vazias) são a base para a emissão do certificado de Nível Ouro do CCB***

Embora os moradores não tenham visto nenhum benefício tangível além do kit dental e uma consulta única ao dentista, muitas promessas foram feitas na apresentação do projeto às famílias. Os moradores confirmaram que as promessas correspondem àquelas mencionadas no documento do projeto preparado para a certificação do CCB: “JR Agropecuária e Empreendimentos EIRELI também irá implementar inúmeras atividades para ajudar as comunidades locais e atenuar as pressões de desmatamento, tais como: oferecendo cursos de formação de extensão agrícola; começando patrulhas dos potenciais locais de desmatamento nas fases iniciais do projeto; concessão de posse de terra para as comunidades locais; e criação de atividades económicas alternativas, incluindo a comercializar a coleção de plantas medicinais e açaí”. (6)

Em 2015/2016, a Imaflora concedeu um certificado CCB “Nível Ouro” ao projeto de REDD+ Envira Amazônia, com base nas promessas feitas à comunidade por quem implementa o projeto. No entanto, **nenhuma dessas promessas foi cumprida.** Como mencionado acima, os proprietários do projeto parecem nem ter informado a comunidade de que ele havia sido aprovado nas avaliações de certificação nem de que já estava

vendendo créditos de carbono. A propaganda do projeto de REDD+ Envira Amazônia também destaca os benefícios que ele supostamente traria à comunidade. Por exemplo, um anúncio sobre o projeto no site carbonfund.org afirma que a comunidade está se beneficiando dele: “Os projetos sociais e as atividades para mitigar as pressões do desmatamento e beneficiar as comunidades locais incluem, entre outras coisas, cursos de extensão agrícola, patrulhamento em barco de áreas com potencial para desmatamento, melhoria das escolas locais e postos de saúde, e desenvolvimento de infraestrutura local para coletar, transportar e vender açaí, plantas medicinais e borracha de origem local”. (7) Foram incluídas fotografias de crianças em frente à escola comunitária (que não funciona há dois anos e está em mau estado) e uma foto de uma reunião da comunidade dentro do prédio da escola, sugerindo um projeto benéfico para a comunidade local.

### ***Projeto de REDD+ Envira Amazônia: a realidade das famílias é de restrições, e não de benefícios***

Enquanto os donos de projetos e organismos de certificação criam uma realidade virtual em que o projeto de REDD+ Envira Amazônia beneficia famílias dentro de sua área, a realidade concreta para a comunidade é semelhante àquela enfrentada pelas comunidades afetadas pelos outros dois projetos de REDD+ da CarbonCO LLC no Acre: Purus e Valparaíso/Russas. (8) **Um latifundiário com título de propriedade questionável aproveita a situação de insegurança jurídica sobre a posse da terra e a localização isolada da comunidade e utiliza sua posição de poder sobre as famílias para impor restrições ao uso de terra que provavelmente acelerarão o êxodo rural.**

**O projeto de REDD+ Envira proíbe o uso da floresta por famílias de seringueiros fora dos 150 hectares atualmente disponíveis para cada uma das famílias que vivem dentro da área do projeto.** Portanto, os moradores não podem usar novamente pedaços de terra recentemente abandonados que eram usados por famílias de seringueiros até a década de 1990. Isso forçará os jovens que cresceram na área e desejam dar continuidade ao modo de vida de seus pais – como seringueiros e agricultores – a deixar a terra e migrar para as cidades, onde as oportunidades de emprego serão escassas. **Em áreas próximas, grandes proprietários de terras continuam desmatando para criar gado, mas se nega às famílias seringueiras e agricultoras a terra usada há gerações para extração de borracha e pequena agricultura.**

A realidade virtual de um projeto de REDD+ que proporciona benefícios de “Nível Ouro” à comunidade, criada pelos anúncios no site carbonfund.org e os relatórios de certificação, está em nítido contraste com a realidade das promessas vazias e das futuras restrições ao uso da terra que caracterizam o projeto de REDD+Envira Amazônia.

*Jutta Kill, jutta [at] wrm.org.uy*

*Membro do secretariado internacional do WRM*

(1) Os documentos de certificação incluem uma lista parcial de empresas e propriedades do Acre e do Mato Grosso, que aparentemente são monitoradas como parte da certificação do projeto de REDD+ (para evitar o chamado vazamento, isto é, que o proprietário simplesmente transfira gado a essas outras propriedades). Várias dessas propriedades listadas (por exemplo, a Seringal Canadá) fazem parte da grande propriedade de 200.000 hectares onde está o projeto de REDD+. No entanto, a lista parece estar incompleta e não inclui atividades no estado do Amazonas, mencionadas por vários moradores da região. Pelo menos duas empresas que indicam Couto Neto como seu sócio não constam na lista: Santa Cruz da Amazônia Empreendimentos Ltda e Start Up da Amazônia Projetos de Exploração Sustentável Ltda Me.

- (2) Comentário de Duarte José do Couto Neto ao artigo “General do exército bate forte no STF”:  
<https://www.blogdobg.com.br/general-do-exercito-bate-forte-no-stf/>
- (3) Relatórios financeiros da organização sem fins lucrativos Carbonfund.org mostram um pagamento de US\$ 136.802 em 2015 à Environmental Services Inc. Os relatórios não explicam se esse foi o custo da validação e da verificação do projeto de REDD+ Envira Amazônia ao padrão de carbono VCS. A CarbonCo LLC é uma subsidiária cuja propriedade total é da Carbonfund.org. O relatório anual da Fundação Carbonfund.org 2016 está disponível em [https://carbonfund.org/wp-content/uploads/2017/12/CF\\_AR\\_2016.pdf](https://carbonfund.org/wp-content/uploads/2017/12/CF_AR_2016.pdf); documentos apresentados para obter isenção de imposto de renda estão disponíveis em <https://carbonfund.org/about-us/>
- 4) Veja, em [http://www.vcsprojectdatabase.org/#/project\\_details/1382](http://www.vcsprojectdatabase.org/#/project_details/1382), a longa lista de documentos de certificação de carbono e CCB do Verra/VCS.
- (5) Link para o banco de dados do VCS/Verra: [http://www.vcsprojectdatabase.org/#/vcus/p\\_1382](http://www.vcsprojectdatabase.org/#/vcus/p_1382)
- (6) Documento do projeto Envira Amazônia preparado para a certificação do CCB, página 3.  
[http://verra.org/wp-content/uploads/2016/12/CCB\\_IMP\\_REP\\_SUM\\_ENG\\_DRAFT\\_1382\\_01JAN2015\\_31DEC2015\\_V1.pdf](http://verra.org/wp-content/uploads/2016/12/CCB_IMP_REP_SUM_ENG_DRAFT_1382_01JAN2015_31DEC2015_V1.pdf)  
Versão em Português: [http://verra.org/wp-content/uploads/2016/12/CCB\\_IMP\\_REP\\_SUM\\_POR\\_DRAFT\\_1382\\_01JAN2015\\_31DEC2015\\_V1.pdf](http://verra.org/wp-content/uploads/2016/12/CCB_IMP_REP_SUM_POR_DRAFT_1382_01JAN2015_31DEC2015_V1.pdf)
- (7) Anúncio da Carbonfund.org para o projeto de REDD+ Envira Amazônia:  
<https://carbonfund.org/2016/12/12/envira-amazonia-project-acre-brazil-submitted-ccbs-public-comment-period-2/>
- (8) Para obter informações sobre os impactos desses projetos de REDD+ sobre as comunidades dentro de suas áreas, consulte a publicação do WRM “Considerações sobre um projeto privado de REDD no interior do Estado do Acre - Brasil”, [http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Consideracoes\\_sobre\\_um\\_projeto\\_privado\\_de\\_REDD\\_no\\_Acre.pdf](http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2013/11/Consideracoes_sobre_um_projeto_privado_de_REDD_no_Acre.pdf) e C. Faustino & F. Furtado (2015): Economia Verde, Povos das Florestas e Territórios: violações de direitos no estado do Acre Bericht für die Plataforma DHESCA Brasil.  
[http://www.plataformadh.org.br/files/2015/08/economia\\_verde\\_relatorio.pdf](http://www.plataformadh.org.br/files/2015/08/economia_verde_relatorio.pdf)

## Brasil: o cerrado e a cidade de Três Lagoas sob o controle das papeleiras



*Mato Grosso do Sul. Brasil. Ph: WRM.*

Quando se visita Três Lagoas, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil, a presença ostensiva das empresas de celulose e papel em todos os cantos da cidade chama muito a atenção. Nos últimos anos, a região apresenta a maior expansão de monoculturas de eucaliptos no Brasil (1), que foram se apropriando não somente das áreas ocupadas por outras atividades no campo, mas também da cultura e da imagem da cidade, da política e dos programas sociais.

Nesta região, duas empresas são abastecidas por mais de 500 mil hectares plantados com eucaliptos e são representativas do poder econômico do setor: a Fibria, recentemente comprada pela Suzano, tem, só nas indústrias de Três Lagoas, capacidade total de produção de 3,25 milhões de toneladas de celulose por ano, e a Eldorado, que fora comprada em 2017 pela Paper Excellence, produz cerca de 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano no município. Independentemente do nome da transnacional ou do grupo econômico nacional, **trata-se da expansão de um modelo de produção em grande escala que apenas beneficia as grandes empresas e prejudica as comunidades rurais.**

As empresas de celulose chegam a esta região porque encontram as condições mais vantajosas e favoráveis para se estabelecer: preços baixos da terra, muita terra disponível em poucas mãos, incentivos fiscais, legislação flexível, ausência de movimentos sociais articulados e organizados que façam resistência. E, sobretudo, têm ali a cumplicidade dos governos que, como parte de um modelo de 'desenvolvimento', priorizam o 'grande' em detrimento dos assentados, camponeses, indígenas e outras comunidades locais

O WRM, em coordenação com núcleo de estudos e pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), fez uma visita a Três Lagoas e sua região no final de 2017. Além da cidade, visitamos vários assentamentos e comunidades rurais, onde observamos que as empresas tinham todas essas condições para se implantarem com sucesso. Uma

assentada afirmou: **“Se a terra dá lucro para o grande, por que vão usar para os pequenos? Se pudessem pegavam uns ganchinhos e tiravam a gente [daqui]”**.

Neste artigo mostraremos como a noção de público acaba se confundindo com a de privado, em um processo que deixa a população local dependente das empresas, econômica e simbolicamente, cultivando uma perspectiva de que é impossível uma mudança no contexto atual.

### ***Assentamentos: omissão e dependência***

Na região de Três Lagoas, o monocultivo de eucaliptos se expande sobre antigas pastagens de fazendas, arrendadas às empresas de celulose. São os assentamentos de reforma agrária que quebram a monotonia da paisagem repleta de plantações de árvores, com as roças e criação de animais. No entanto, **as empresas avançam nesses territórios com ‘planos de desenvolvimento’, compostos por projetos sociais que encontram eco em função da omissão deliberada do Estado** no que diz respeito à implantação das políticas públicas.

As famílias, assim, tornam-se ‘dependentes’, seja pela participação nos projetos sociais – que vão de formação de professores a cursos de agroecologia e distribuição de sementes e insumos –, seja pelo fato de que muitos assentados, para complementar a renda, acabaram se tornando trabalhadores nas plantações.

**“Se for falar que vive do lote, não vive. O Inkra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] não deu nada; depois chegaram as empresas e aí que o Inkra não deu mais nada mesmo. A gente estava aqui antes do eucalipto, não no assentamento, mas acampados, a luta não anda pra trás”**, relata uma assentada.

O grupo da UFMS chama esse processo de **“privatização da reforma agrária”**. São as empresas que acabam implantando projetos que fazem vezes de ‘política pública’. Com isso, as empresas têm controle sobre os projetos e, conseqüentemente, exercem uma forma de controle sobre os assentados. Os projetos sociais são uma das principais ferramentas das empresas para cumprir dois objetivos: **neutralizar a resistência das comunidades e obter certificação florestal que lhes dá aparência de serem ‘verdes’ e socialmente responsáveis**.

O silenciamento sobre os impactos das plantações vem do fato de que a denúncia deles pelas famílias assentadas ou indígenas pode significar a perda do acesso aos benefícios e projetos sociais, que deveriam ser direitos garantidos pelo Estado.

Cercados pelas plantações de eucalipto, os assentados também sofrem com a aplicação de produtos químicos e com o ataque de suas lavouras por animais como porco do mato, antas, araras e tucanos. Em todas as comunidades, ouvimos relatos de que os bichos atacam os cultivos porque foram desterritorializados.

Um assentado falou que a **“função social do assentamento é alimentar os animais silvestres”**.

**“Estamos com muitas dificuldades para plantar por causa dos bichos. Planta milho, tem ataque de aves. Já vi tucano comendo abóbora verde. Não tem frutas mais. No**

**papel das empresas, a beira de córrego é preservada, mas não é, não sobra nada para os bichos”.**

Outra constatação das comunidades diz respeito ao impacto nos cursos de água. Depois da chegada dos plantios em grande escala de eucaliptos, as comunidades afirmam que a água está diminuindo. **“Antes sempre havia água, agora acabou, secaram rios e córregos. Meu marido ia pescar em lagos que já não existem”.** O bioma na região é o Cerrado, considerado uma ‘caixa de água’ ou uma ‘floresta com a cabeça para baixo’. As raízes profundas de suas árvores abastecem o lençol freático, o que deixa de acontecer com as plantações que, ao contrário, consomem imensas quantidades de água.

### ***Expulsão do campo***

As mudanças no uso da terra pelas plantações de eucalipto geram muitos impactos: na gente, na flora e na fauna, no solo e na água. Antes da chegada das indústrias de celulose, a região era majoritariamente ocupada pelo gado. Apesar de o modelo pecuário também ser nocivo, comparativamente nota-se uma mudança para pior nas relações sociais no campo: relatos apontam que muitas famílias moravam nas antigas fazendas onde, ainda que com apenas um membro assalariado, também podiam plantar e ter animais para leite ou corte. Com o arrendamento dessas fazendas, as famílias se viram obrigadas a se mudar para o núcleo urbano de Três Lagoas, onde têm de viver de salário e comprar seus alimentos.

**“Na cidade até mamão verde tem que comprar”.**

**“Tinha mais emprego do que no eucalipto. Agora nas fazendas arrendadas derrubaram até as casas. Pessoas foram obrigadas a migrar pra buscar trabalho em outras regiões”.**

Com isso, há uma dissolução do tecido social: as pessoas que foram para a cidade mal veem os filhos, em função das jornadas e das distâncias percorridas diariamente entre as moradias e as frentes de trabalho: **“não educa, não vê os filhos crescerem e traz mais pobreza e enche a periferia”.**

Essa dissolução impacta também as escolas do campo: ocorre uma rotatividade grande no número de alunos (na escola do distrito de Arapuã, a rotatividade é de 50 alunos por mês) e muitas unidades acabaram fechadas pela redução do número de alunos como consequência da mobilidade dos trabalhadores e suas famílias (por exemplo, no distrito de Garcias, onde já existiu até estação ferroviária).

A rotação de alunos torna o dia a dia do corpo docente penoso, e afeta a qualidade do ensino. **“É muito triste ver a nossa realidade.** Nossa escola que tinha 100% de aprovação na universidade pública, no ano passado tivemos aprovados dois alunos apenas em faculdades privadas”, desabafa uma professora do Arapuã.

### ***É possível resistir?***

A presença das empresas está por todos os lados: nas escolas, na mídia, nas atividades públicas. Com símbolos e propagandas, vai criando uma espécie de ‘cultura do eucalipto’. Popularmente conhecida como “Cidade das Águas”, nos últimos anos Três Lagoas ‘ganhou’ –segundo as autoridades– o título de “Capital Mundial da Celulose”, devido ao

crescimento do setor e a transição da agropecuária para a industrialização e plantio de monoculturas de eucaliptos na região. (2)

Se a chegada das empresas ‘movimenta’ a economia, há outros impactos negativos que muitas vezes não são associados à sua implantação. Entre eles, a exploração sexual de mulheres e meninas, problemas trabalhistas e de estrutura na cidade e no campo – que não estão preparados para receber o contingente de pessoas que é atraído pela promessa de emprego nas indústrias.

Numa primeira impressão, parece que ‘tudo esta perdido’, que as empresas têm um controle total no campo e na cidade. Mas, depois de falar com as comunidades camponesas, sentimos que as famílias estão conscientes disso, mas tentam aproveitar os projetos sociais para conquistar sua independência.

Com o pouco recurso que algumas famílias receberam das empresas – que seriam papel do governo e que para as empresas são como esmolas –, foram capazes de produzir alimentos que não são somente uma fonte de renda, mas também uma afirmação de sua dignidade. Vemos isso como uma forma de resistência, ainda que silenciosa.

Também na UFMS existem pesquisas que apontam críticas ao modelo de monocultura de árvores em grande escala, que tentam levantar a discussão junto ao governo e à população da cidade sobre os impactos, promovendo, por exemplo, debates e visitas de campo. Por outro lado, a UFMS tem promovido alguns projetos para apoiar e promover a produção dos assentados, como são as feiras no prédio da Universidade, ou o projeto de venda de sacolas com alimentos. O que está em questão são dois projetos diferentes de presente e futuro para o campo e a cidade de Três Lagoas.

*Lizzie Díaz, lizzie [at] wrm.org.uy*  
*Integrante do secretariado internacional do WRM*

(1) Ver “Mato Grosso do Sul – a nova fronteira do eucalipto” em <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/sec3/brasil-mato-grosso-do-sul-a-nova-fronteira-do-eucalipto/>  
(2) <http://www.treslagoas.ms.gov.br/a-cidade/>

## **ALERTAS DE AÇÃO**

### **Exija que a Agência Sueca de Energia suspenda futuros pagamentos à Green Resources e cancele o acordo para a compra de créditos de carbono!**

As operações da Green Resources – uma empresa norueguesa de plantação industrial de árvores e compensação de carbono – resultaram na perda de terras e meios de subsistência e no aumento da fome em comunidades de Kachung e Bukaleba – onde estão as duas instalações da empresa em Uganda. Sua única compradora de créditos de carbono, a Agência Sueca de Energia, suspendeu um acordo de quatro milhões de dólares em 2014, até que houvesse solução para dez principais queixas associadas ao projeto. **Enquanto a Agência Sueca de Energia reavalia se deve retomar os pagamentos à Green Resources, participe de um abaixo-assinado do Instituto Oakland para exigir que ela suspenda todos os pagamentos futuros e cancele seu acordo com a empresa para a compra de créditos de carbono!** Envie uma carta à Agência Sueca de Energia aqui: <https://www.oaklandinstitute.org/demand-swedish-energy-agency-cancel-deal-green-resources>

### **Índia: Parem os despejos nas reservas de tigres!**

Centenas de membros do povo baiga se reuniram em março de 2018 para se contrapor às tentativas das autoridades de expulsá-los das florestas nas quais vivem e que administram desde tempos imemoriais. Unindo as forças de mais de 70 aldeias diferentes, os protestos foram provocados por iniciativas oficiais para expulsar duas comunidades baiga de um “corredor” de vida selvagem. Os baiga estão especialmente preocupados com os dois despejos próximos, uma vez que tanto as autoridades quanto a organização de conservação ambiental World Wildlife Fund (WWF) prometeram que não haveria despejos nas áreas do “corredor” entre as reservas naturais protegidas. No entanto, os baiga dizem sofrer ameaças, intimidação e violência para que não tenham escolha a não ser deixar suas casas. Esses despejos são ilegais segundo as leis indiana e internacional.

**Exija que o ministro responsável cumpra a lei e pare todos os despejos que não tenham o consentimento livre, prévio e informado das comunidades tribais afetadas. Você pode enviar um e-mail a ele aqui:**

<https://www.survivalinternational.org/emails/tigers>

## **RECOMENDADOS**

### **Quem vai nos alimentar?**

Um relatório do Grupo ETC compara o sistema alimentar industrial com a pequena agricultura. A agricultura industrial recebe toda a atenção (e a maior parte da terra). É responsável por mais de 80% das emissões de combustíveis fósseis e usa mais de 70% do suprimento de água consumida na agricultura, mas produz apenas cerca de 30% da comida do mundo. Por outro lado, uma diversificada rede de pequenos produtores alimenta 70% do mundo, incluindo as pessoas mais famintas e marginalizadas. Acesse o relatório, em inglês e espanhol, aqui: <http://www.etcgroup.org/whowillfeedus>

### **Ativistas finlandeses protestam contra a Stora Enso e a Veracel**

Em março de 2018, ativistas da Amigos da Terra Finlândia e de uma associação de solidariedade aos sem terras do mundo inteiro (*Maattomien ystävät ry*) fizeram outra vez um protesto na Finlândia durante a assembleia geral dos acionistas da empresa Stora Enso que, juntamente com a brasileira Fibria, é a proprietária da Veracel Celulose no

Brasil. Os manifestantes acusaram a Veracel de ocupar ilegalmente terras e promover a violência ao despejar famílias sem terra das suas áreas com plantações de monocultivo de eucalipto. As denúncias contra a Veracel têm sido constantes desde que a empresa se instalou no extremo sul do estado da Bahia há cerca de 25 anos. Sua história é marcada por ilegalidades, degradação ambiental e violências. O pesquisador finlandês Markus Kroger, que recentemente visitou a região, afirma que o problema de fundo é a produção centralizada em larga escala que necessita de grandes áreas para produção em torno de uma mega-fábrica de celulose. Este modelo apenas dificulta ainda mais a vida de milhares de pessoas na região que lutam pela terra, num país que até hoje não fez uma reforma agrária profunda e ainda não demarcou todas as terras indígenas. Veja os artigos que saíram na imprensa finlandesa:

[http://www.iltalehti.fi/politiikka/201803282200844866\\_pi.shtml](http://www.iltalehti.fi/politiikka/201803282200844866_pi.shtml) e <https://yle.fi/uutiset/3-10137268>

### **De onde vem todo o ouro processado na Suíça?**

A Suíça é um país pobre em matéria-prima e, mesmo assim, a cada ano, 70% do ouro extraído no mundo são refinados lá. O país abriga quatro das maiores refinarias do mundo, mas de onde vem todo esse ouro processado e comercializado? A Sociedade para os Povos Ameaçados (*Société pour les Peuples Menacés – SPM*), na Suíça, examinou o comércio mundial de ouro, com um olhar detalhado sobre os casos do Peru, dos Emirados Árabes Unidos, do Sudão, da Libéria e da República Democrática do Congo. O relatório “Suíça, plataforma de ouro em risco?” mostra que há riscos significativos de que alguns locais de processamento e comércio de ouro do país sejam cúmplices indiretos de abusos aos direitos humanos e destruição ambiental. Leia o resumo e acesse a publicação, em francês e alemão, em: <https://www.gfbv.ch/fr/or-resume/>

---

Todos os artigos do Boletim podem ser reproduzidos e divulgados com a seguinte fonte: **Boletim 237 do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM): "Lutas por terra, florestas e soberania alimentar"** (<https://wrm.org.uy/pt/>)

### **Assine o Boletim do WRM**

<http://wrm.us9.list-manage.com/subscribe?u=f91b651f7fecdf835b57dc11d&id=a6356dc0e0>

*O boletim busca apoiar e contribuir com as lutas dos povos para defender seus territórios e florestas. A assinatura é gratuita.*

### **Boletim mensal do Movimento Mundial pelas Florestas (WRM)**

Este boletim também está disponível em Inglês, Espanhol e Francês

Editor em chefe: Winfridus Overbeek

Redatora responsável e coordenadora: Joanna Cabello

Apoio editorial: Elizabeth Díaz, Lucía Guadagno, Jutta Kill, Carolina Motoki y Teresa Pérez

### **Secretaria Internacional do WRM**

Avenida General María Paz 1615 oficina 3. CP 11400, Montevideo, Uruguai

Tel/fax: +598 26056943

[wrm@wrm.org.uy](mailto:wrm@wrm.org.uy) - <http://wrm.org.uy/pt>